

A Biblioteca Nacional e seus Problemas

ARY SEIXAS

FUNDADA pelo príncipe regente de Portugal, D. João, depois D. João VI, que, vindo para o Rio em 1810, trouxe consigo a biblioteca real portuguesa, composta de perto de 60.000 volumes de obras antigas, possui hoje a Biblioteca Nacional um acervo que, por diversas razões, não se pode precisar exatamente, mas seguramente avaliado em números superiores aos seguintes:

- 1.000.000 de obras, entre volumes impressos e folhetos;
- 600.000 manuscritos;
- 300.000 peças, entre estampas, mapas e ilustrações;
- 400.000 volumes, entre jornais e revistas.

Para que se tenha uma idéia da importância de tal patrimônio, o primeiro da América do Sul, basta dizer que o Catálogo de Cimélios — coleção de tesouros bibliográficos publicada por Saldanha da Gama em 1885 — conta mais de 1.000 páginas, e que o “Guia da Exposição Permanente da Biblioteca Nacional”, trabalho organizado com o intuito de facilitar ao público o exame dos cimélios expostos em 1885, reúne 171 impressos, 23 manuscritos, 26 autógrafos, 122 estampas, 24 quadros e 111 moedas e medalhas. Dentre êsses, tendo em vista a “Advertência” que abre as páginas do referido Guia, no sentido de que ali não figuram tôdas as preciosidades, mas unicamente as valiosíssimas debaixo de todos os pontos de vista, citamos a êsmo as seguintes:

IMPRESSOS

A Biblia de Mogúncia, 1462, em 2 vols. Preciosíssimo incunábulo saído das mãos dos sócios e primeiros discípulos de Gutenberg. A Biblioteca Nacional possui 2 exemplares dessa obra, avaliada, àquela época e em nossa antiga moeda, em Rs. 18:000\$000, podendo ser computado em muito mais o exemplar Coustard exposto, por ser o único que traz um autógrafo.

Rudimenta Grammatices, de N. Perotti, 1475. Tôdas as edições dêste livro são muito procuradas, quando a sua data não passa de 1480.

Rationale divinatorum officiorum. Lião, 1536. Não se encontra mencionada em nenhum dos livros de bibliografia.

Vray discours et tres espouventable du Rosne desbourdé a Lyon... par Leonard de la ville... Roussin, 1570. Raríssimo; nenhum catálogo faz dêle menção; apenas o “Catalogue de l’Histoire de France” cita algumas edições, mas não a exposta.

Biblia, de Christóvão Plantino, de 1569-72, 8 vols. O mais notável trabalho do mais célebre impressor de Antuérpia.

Hobat Alebabot. Obrigacam dos Coraçoens..., Amsterdão, 1670. Obra extremamente rara. O nosso exemplar é o segundo que se conhece.

Lucii Marinei De Hispaniae laudibus libri VII. Impressão do século XV. Obra raríssima, verdadeira precisidade bibliográfica. Só se conhece, além dêste, um único exemplar.

Arte de rezar, de Xisto Figueira, Salamanca, 1521. Talvez, exemplar único.

Don Quixote de la Mancha. Exemplar em 7 vols., impresso em pergaminho por Gabriel de Sancha, com estampas, 1797-98. Só se tiraram 6 exemplares em pergaminho.

Serman funebre, pelo Dr. Sequeyra Samuda, Londres, 5488 (1728 da era cristã). O nosso exemplar é o terceiro conhecido dêste raríssimo opúsculo.

História da província Santa Cruz por Gandavo. 1576. E’ livro raríssimo, do qual se não conhecem mais de 2 exemplares: êste e o que pertenceu a Ternaux Compans, de cujo destino não se tem conhecimento. Talvez, hoje, seja o nosso exemplar o único existente.

MANUSCRITOS

Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel, dando-lhe notícia do descobrimento do Brasil pela armada de Pedro Álvares Cabral. Cópia autêntica, extraída do original autografado existente na Torre do Tombo de Lisboa, em 1876.

Manuscrito japonês. E’ um romance com ilustrações a côres e a ouro, em papel especial colado em diversos lugares, formando um só rôlo, que mede 20,380m de comprimento por 0,326m de largura.

Assim como chegaram às nossas mãos, essas preciosidades devem ser transmitidas às gerações vindouras, acrescidas ainda da produção bibliográfica de nossos tempos. Êsse objetivo, porém, não se coaduna com as características das bibliotecas públicas, em que os leitores devem ter tôdas as facilidades de leitura, desde o acesso direto às estantes da biblioteca central ou de suas filiais distribuídas pelos bairros, até o empréstimo domiciliário, podendo-se mesmo dizer que nesse tipo de biblioteca o livro se destina a ser consumido, e não deixou de cumprir sua finalidade, quando, depois de muito compulsado e lido, retorna mais ou menos inutilizado à biblioteca.

Diversamente, a Biblioteca Nacional, que não cogita apenas do leitor do nosso tempo, tem que opor certas restrições à consulta do patrimônio sob sua guarda, a fim de melhor preservá-lo para as gerações advindas. Necessita mesmo, como bem o definiu um ex-diretor da Biblioteca, o Prof. Josué Montello, em discurso sôbre o tema “Problemas da Biblioteca Nacional”, despojar-se de suas errôneas condições de biblioteca pública, para converter-se, precipuamente, numa casa de eruditos e, aparelhada como livraria de referência, aten-

der, com seus serviços de pesquisas e informações, aos operários das letras, das artes e das ciências de todo o país.

Aliás, certamente como reflexo e sucesso parcial dessa orientação, já propugnada por administrações anteriores, perdeu a Biblioteca Nacional sua antiga denominação de Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, bem como aboliu o empréstimo domiciliário, cujos resultados se revelaram altamente prejudiciais para o espírito e finalidade da instituição, no pouco tempo em que foi adotado.

Enquanto, porém, não se cria, em bases modernas, a biblioteca pública de que necessita a capital do país, com sua população já ultrapassando a casa dos dois milhões, a Biblioteca Nacional terá que arrostar a contingência de suprir-lhe a falta, naturalmente adotando providências capazes de evitar ou atenuar, pelo menos, as conseqüências danosas que daí possam resultar para o seu insubstituível acervo.

E a essa contingência não pode a Biblioteca Nacional se furtar, de acôrdo com a opinião de seu atual diretor, o escritor Eugênio Gomes, a quem fomos ouvir, particularmente sôbre a medida de emergência aventada pelo Prof. Josué Montello para contornar tal situação, no discurso a que fizemos referência. Tal medida, apoiada com ligeira modificação em artigo da bibliotecária Hércia Dias, publicado no número de junho de 1950, desta Revista, consistiria no seguinte: — “Essa biblioteca (a pública do Rio de Janeiro), que serviria concomitantemente de fonte de estudos, poderá ter a sua “célula mater” na própria Biblioteca Nacional, que se despoçaria de triplicatas ou duplicatas consideradas dispensáveis, para, em outro local, constituir seu primitivo núcleo.” (Segundo a bibliotecária Hércia Dias, a B.N. cederia, a título provisório, para instalação da “célula mater” da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, a ala simétrica àquela onde funcionam os Cursos da Biblioteca Nacional e poderia contar, assim, com a colaboração voluntária dos alunos dos Cursos).

Reconhecendo, embora, os inconvenientes apontados por seu antecessor e acrescentando ainda outros, como o da incompreensão do público estudante, que deseja não só que a Biblioteca Nacional adquira muitos exemplares do livro didático mais procurado no momento, mas também que seja permitida a leitura em grupos, e até com explicador, no salão destinado ao público em geral, ponderou-nos S. Sa. que a dispensa de duplicatas e triplicatas só seria possível em alguns casos e, assim mesmo, mediante meticoloso exame, que levasse em conta o rápido perecimento de certas obras mais consultadas. Ademais, é de opinião que a iniciativa de constituir, em moldes modernos, a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, deve partir do Governo Municipal e neste sentido, adiantou-nos, a Prefeitura já está cogitando de criar bibliotecas circulantes em vários pontos da cidade.

Quanto à possibilidade de vir a ser aproveitada uma das alas do próprio edifício da Biblioteca Nacional, como primitivo núcleo da futura Biblioteca Pública, além das objeções acima, há a considerar, ainda, a falta de espaço com que já luta a Biblioteca Nacional para o desenvolvimento dos seus próprios serviços.

Construído no governo do Presidente Rodrigues Alves, com armazéns de livros no máximo para 400.000 volumes, o atual edifício da Biblioteca Nacional abriga hoje mais de 1.000.000 de impressos, número que tende a crescer incessantemente, se se levar em conta que, por fôrça de lei, os editôres estão obrigados a remeter à Biblioteca Nacional exemplares das obras novas que saem a lume em todo o território nacional, o que, mesmo com a inobservância da prescrição legal por parte de alguns, acarreta a contribuição de cêrca de 10.000 volumes anuais. No 2.º andar, ala esquerda, num espaço correspondente ao salão de leitura do 1.º pavimento, 7 seções se comprimem, separadas apenas por estantes, sendo 3 da Divisão de Catalogação e 4 da Divisão de Aquisição. Não existe aí lugar nem para um servidor mais, muito embora, só para pôr em dia a classificação e a reclassificação, dentro de um prazo considerado relativamente pequeno — 5 a 10 anos — seja necessário um número de auxiliares 4 vezes superior ao atual. Malgrado essa falta de espaço para seus serviços essenciais, tal como acolheu, no passado, a Câmara dos Deputados, a Biblioteca Nacional aloja hoje em seu edifício mais duas repartições: — o Instituto Nacional do Livro, que ocupa grandes áreas do 1.º e do 3.º andares, e o Almoarifado da Divisão do Material do Ministério da Educação e Saúde, cuja mudança está anunciada para breve, destinando-se a ala por êle ocupada (justamente aquela que a bibliotecária Hércia Dias sugeriu fôsse aproveitada como sede do núcleo inicial da futura Biblioteca Pública do R. de Janeiro) à indispensável ampliação do laboratório de microfilmagem.

Pelo exposto se vê, concluiu o nosso entrevistado, que, longe de poder ceder qualquer área de seu atual edifício, a Biblioteca Nacional já necessita de que lhe seja construído novo prédio adequado às suas finalidades, ou, pelo menos, um anexo com armazéns dotados de modernos requisitos, inclusive ar condicionado, pois o clima também influi na conservação dos livros, como prova o fato de não existir nos Estados Unidos da América do Norte o problema do bicho, que, não obstante as estufas de desinfecção existentes na Biblioteca Nacional, continua a ser o seu problema número um. Se estendido a todo o edifício, o ar condicionado permitiria, também, manter fechadas as janelas que hoje em dia o calor força a trazer abertas, evitando-se assim o pó, outro fator de desagregação dos livros, para não falar do maior conforto que adviria para o leitor, livre, por essa forma, não só dos rigores de nosso clima tropical, mas ainda do excessô de barulho, próprio de áreas como a ocupada pela Biblioteca Nacional.

O ideal seria mesmo, acentuou S. Sa., a construção de novo prédio, única forma de resolver, de vez, problemas do atual edifício que já se tornaram crônicos, como o das goteiras resultantes das clarabóias e "vitreaux" antigos, bem como o dos ratos que entram pelos bueiros, assemelhando-se a determinação dos mesmos, muitas vezes, ao que diz o ditado — "depois das portas arrombadas, trancas de ferro".

Partindo dêsse propósito de construção de novo edifício para a Biblioteca Nacional, o que, segundo seu diretor, está sendo objeto de cogitação, atualmente, e teria contado, no passado, com o apoio de um eminente administrador (o Dr. Luiz Simões Lopes, quando presidente do D.A.S.P.), o autor da presente reportagem, a título de colaboração para resolver o problema da criação da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, indispensável, como vimos, à preservação do patrimônio da Biblioteca Nacional, quer deixar consignada aqui a seguinte sugestão: — Como não seria possível a demolição do atual prédio da Biblioteca Nacional, para, em seu lugar, erguer o novo, pois, além de não se ter onde guardar, nesse interregno, o imenso acervo ali existente, o mesmo só deveria ser transferido para o prédio novo, à medida que fosse expurgado e reclassificado, o Governo Federal poderia entrar em entendimento com o Municipal, a fim de êste último ceder área de fácil acesso e outros requisitos necessários à instalação condigna da nova sede da Biblioteca Nacional, recebendo, em troca, seu atual prédio, para, em local tão central, constituir não mais a "celula mater" da futura Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e, sim, o próprio centro do sistema que, através das bibliotecas circulantes já projetadas, se irradiaria por toda a cidade. Convém notar que, se a Prefeitura pretendesse ampliar as exíguas instalações da Biblioteca Municipal, na Av. Presidente Vargas, para convertê-la no centro do referido sistema, teria que enfrentar, em relação ao acervo desta última, dificuldades semelhantes às que desaconselham a demolição do prédio da Biblioteca Nacional para, no mesmo local, edificar sua nova sede.

Vejam, a seguir, quais as providências que as sucessivas direções da Biblioteca Nacional têm sido levadas a tomar, enquanto arrosta a mesma a contingência de ter que suprir a insuficiência de bibliotecas públicas no Distrito Federal, bem como as novas medidas que a atual administração está estudando, a fim de atenuar, tanto quanto possível, os graves prejuízos acarretados por tal situação anômala, para o insubstituível patrimônio de nosso museu bibliográfico.

Entre as adotadas se inscrevem:

a) instalação de uma seção de livros didáticos e de literatura brasileira, no próprio salão de leitura, com livre acesso do público às estantes;

b) funcionamento do salão de leitura das 10 às 22 horas nos dias úteis (com exceção dos sábados, em que o encerramento ocorre às 18 horas) e, aos domingos, das 13 às 17 horas, estabe-

lecendo-se, assim, um horário compatível com as necessidades dos estudantes de escolas secundárias e superiores, os quais constituem o grosso da frequência e se vêm impossibilitados de dirigir-se a outras bibliotecas, como as existentes no D.A.S.P. e nos Ministérios, visto coincidirem, em geral, o horário de funcionamento das mesmas com o das aulas, especialmente as do turno da tarde.

Para reduzir o desgaste natural de obras muito consultadas, como, por exemplo, os exemplares de jornais antigos, pensa-se utilizar, em maior escala, o recurso da microfilmagem, adotado pelas bibliotecas do mundo inteiro e já empregado, atualmente, pela Biblioteca Nacional, com ótimos resultados, em relação aos manuscritos e outros documentos antigos. Dentro de breve prazo, pois já existe toda a aparelhagem necessária, dependendo apenas a adoção do método de que se mude o Almoarifado da D.M. do Ministério da Educação para permitir a ampliação do laboratório de microfilmagem, de acordo com os dados que os consulentes fornecerem serão projetadas as folhas que os interessem, preservadas, assim, do excessivo manuseio por mãos descuidadas ou inábeis. Para tal conservação concorrerá, ainda, o "Laminator Barrow", aparelho já usado com sucesso na restauração de livros e documentos, e cujo processo, sem entrar em minúcias técnicas, consiste essencialmente no seguinte: — inserção, que depois não se nota, da folha estragada em outra folha de papel especial.

Uma vez que grande parte do público que hoje procura a Biblioteca Nacional venha a ser desviado, naturalmente, para a futura Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, não se pense que diminuirá, então, o serviço prestado pelo patrimônio daquela. Ao invés, se obterá maior rendimento de obras perecíveis, reservadas, assim, às pesquisas de uma equipe de grandes humanistas, a exemplo dos que a instituição já possuiu — Saldanha da Gama, Capistrano de Abreu, Vale Cabral, Ramiz Galvão, Manuel Cícero e Basílio de Magalhães, entre outros — e cuja reconstituição se faz mister, se não como funcionários, ao menos como colaboradores.

Atualmente, embora esta função de pesquisador seja tão necessária à Biblioteca Nacional como a de Conservador em relação aos Museus, não existe a mesma em seus quadros de pessoal. Vem sendo desempenhada, intermitentemente, e sem dar direito a remuneração especial, por bibliotecários que se vão especializando por pendor vocacional. No momento, dois professores também estão realizando pesquisas: — um, português, o Prof. Jaime Cortesão, no setor de manuscritos; e outro, o Prof. Roberto Gaudie-Ley que está organizando um catálogo de incunábulo — publicações da época da invenção da imprensa e das quais a Biblioteca Nacional possui mais de 150, coeficiente bastante alto para qualquer biblioteca do mundo.

Divulgando o resultado dessas pesquisas e a natureza do acervo da Biblioteca Nacional, a sua Divisão de Obras Raras e Publicações edita, atra-

vés do Departamento de Imprensa Nacional, além de obras esparsas (como "A Inconfidência Mineira — Autos da devassa"; "Jesuitas e Bandeirantes no Guaira", "Jesuitas e Bandeirantes no Itatim" e a "Colônia do Sacramento", I, II, e III volumes, respectivamente, da coleção "De Angelis", por Jaime Cortesão), três publicações periódicas:

"*Anais da Biblioteca Nacional*", que obedece ao princípio de oferecer aos estudiosos brasileiros os inventários, catálogos, bibliografias e índices, instrumentos indispensáveis de referência, e que, em seu último número publicado — Vol. 71 — prossegue a publicação do Inventário dos Documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, hoje Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, bem como contém o catálogo de manuscritos sobre Pernambuco, existentes na Biblioteca Nacional;

Documentos Históricos, coleção de transcrições dos mais importantes documentos sobre o Brasil, que em seu último volume publicado — Vol. XCIII — reproduz várias consultas, acompanhadas das decisões do Conselho Ultramarino, sobre questões do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e o Sul; e

Boletim Bibliográfico, que, anunciando as últimas obras editadas em todo o Brasil, assume, também, o caráter de compensação aos editores, pelo cumprimento da obrigação legal de remeterem exemplares das mesmas à Biblioteca Nacional.

Ainda este ano, segundo seu diretor, será publicada uma espécie de guia descritivo da instituição, com sua história, indicações sobre a natureza e importância do patrimônio, e outros aspectos que facilitem o seu rápido conhecimento, por parte de visitantes, nacionais ou estrangeiros, e instituições culturais do país e do mundo inteiro.

Um trabalho sistemático de pesquisa terá que assentar, necessariamente, na atualização da catalogação e da classificação. Atualmente, se vem procedendo à classificação dos livros e folhetos que dão entrada na Biblioteca, bem como à reclassificação de todo o antigo acervo, de acordo com o sistema decimal de Melvil Dewey, que facilita sobretudo a pesquisa, por agrupar todas as obras sobre determinado assunto, sejam quais forem seus autores, procedências e datas de recebimento. Até o início da gestão Rubens Borba de Moraes, entretanto, em 1946, a arrumação dos livros e folhetos nas estantes era determinada por sua ordem de entrada, ficando muitas vezes dispersos e, mesmo, em andares diferentes dos armazéns de livros, os volumes de uma só obra. Isto resultava do antiquado "processo de localização fixa", que não se pode chamar propriamente classificação, segundo o qual os números dados aos livros significam: — o 1.º, o andar do armazém de livros; o 2.º, a estante; o 3.º, a prateleira; o 4.º, a ordem de colocação do livro (sempre a mesma) na prateleira.

A esse imenso trabalho de reclassificação, que tem de ser feito simultaneamente com a catalogação e classificação das novas aquisições, vem juntar-se problema não menos grave: — 200 mil livros e folhetos não catalogados nem classificados, sendo sua existência ignorada, até bem pouco, não só dos leitores mas da própria Biblioteca. Graças, porém, à tenacidade e dedicação de umas poucas moças, cujo trabalho teve muito de abne-

gação, pôsto que realizado em péssimas condições de iluminação e higiene, até às 14 horas de cada dia, durante cerca de 1 ano, essas 200 mil obras que jaziam amontoadas sob a poeira de vários anos, já foram provisoriamente arrumadas em estantes de madeira, por ordem alfabética (daí o serem conhecidas por "alfabetadas") e, embora não constem ainda do catálogo, podem ser objeto de busca, em casos de grande necessidade.

Se se considerar que a catalogação e a classificação atrasadas acarretam demora na encadernação e, conseqüentemente, mais fácil estrago das obras e maiores despesas de restauração, ver-se-á que a Biblioteca Nacional necessita urgentemente, conforme nos salientou seu diretor, de novas e mais amplas instalações que permitam, além do que já foi dito de modo geral, sanar as deficiências de espaço e de pessoal com que luta, notadamente, a Divisão de Catalogação.

Sem aumentar o pessoal de que aquela Divisão hoje dispõe, seriam necessários 40 anos para catalogar e classificar os 10 mil volumes novos que ali chegam, em média, anualmente, além da reclassificação do material antigo, constante de, aproximadamente, 700 mil livros e folhetos. E esse lapso de tempo não foi calculado arbitrariamente, mas, sim, em função de planejamento que levou em consideração: 1.º um levantamento do acervo existente, a fim de estabelecer prioridade em favor das obras de maior interesse; 2.º em consequência da insuficiência dos 6 andares que constituem os armazéns de livros, uma hierarquização dos mesmos, de acordo com o espaço disponível para entrada das novas aquisições e do material reclassificado; 3.º a média da produção diária dos catalogadores, classificadores, dactilógrafos e revisores.

Todavia, além da falta de acomodações a que já aludimos, para dotar a Divisão de Catalogação de pessoal em número suficiente, cumpre remover, ainda, um outro obstáculo, este corporificado pela legislação e pelos procedimentos que vêm sendo observados em relação à carreira de bibliotecário.

De alguns anos para cá, a insuficiência de pessoal para as tarefas de classificação e catalogação vem sendo atenuada, em parte, pelo trabalho de "colaboradores" que percebem pela "Verba 3 — Serviços e Encargos". O ideal seria que esse pessoal, depois de devidamente treinado e submetido a concurso, passasse a integrar o reduzido corpo de funcionários de que dispõe a Biblioteca Nacional. Entretanto, a isto se opõe sua lotação fixada em decreto, e que, no tocante às carreiras de "Bibliotecário" e "Bibliotecário-Auxiliar", é apenas de:

21 cargos de "Bibliotecário" (insuficientes, ainda que destinados exclusivamente às funções de direção, que, na Biblioteca Nacional, ascendem a 27: — 6 cargos de "Diretor de Divisão" e 21 "funções gratificadas" de "Chefe de Seção"); e

24 cargos de "Bibliotecário-Auxiliar" (número também reduzido, pois, além dos 6 que exercem funções de direção, sofre, ainda, os desfalques naturais das faltas, licenças, férias, etc.).

Por êsse motivo, ainda recentemente, cêrca de 20 colaboradores, com 3 anos de treino na Biblioteca Nacional, foram nomeados para outras repartições, do Ministério da Educação e Saúde, ou de outros Ministérios. Êste fato não tardará a reproduzir-se, com a abertura anunciada, no mês de abril passado, do concurso para "Bibliotecário" da Prefeitura, do Distrito Federal. Sobreleva notar que, desta vez, a Biblioteca Nacional deverá perder, também, alguns dos seus reduzidos 24 bibliotecários-auxiliares, pois, desde 1944, data em que foi realizado o último concurso para a carreira de "Bibliotecário", a Administração Federal só tem aberto concurso para a de "Bibliotecário-Auxiliar".

Esta é outra questão que teria de ser resolvida simultâneamente com o indispensável aumento de lotação da Biblioteca Nacional, e que parece ter sido gerada por regulamentação que, dividindo a primitiva carreira de "Bibliotecário" em duas — "Bibliotecário" e "Bibliotecário-Auxiliar", só permitia concurso para esta última, sendo providos,

exclusivamete por promoção dentre os bibliotecários-auxiliares, os cargos da carreira de "Bibliotecário". Embora essa restrição quanto ao provimento da carreira de "Bibliotecário" pareça ter sido revogada, não existiria, contudo, da parte dos órgãos de pessoal, uma interpretação uniforme da última lei sôbre o assunto. Com isto, além da evasão que se prenuncia, a tarefa de classificação, que exige conhecimentos de nível superior e é atribuição própria da carreira de "Bibliotecário", vem sendo exercida, na Biblioteca Nacional, por bibliotecários-auxiliares e tarefeiros, que percebem, em média, apenas Cr\$ 1.750,00.

Finalizando, vimos, portanto, que os problemas mais prementes da Biblioteca Nacional são, além da criação de uma biblioteca pública que lhe permitisse integrar-se melhor em suas verdadeiras finalidades, o da construção de nova sede, com instalações adequadas e o espaço indispensável à atualização da classificação e catalogação de todo o acervo, mediante admissão de pessoal em número suficiente e devidamente remunerado para que não seja atraído por outros empregos.